



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
"CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA"

DECISÃO

I- RELATÓRIO

I.1- A licitante **NEGÃO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. - EPP**, interpôs **RECURSO ADMINISTRATIVO** endereçado ao Ilustríssimo Senhor Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jacareacanga-Pará, ante o inconformismo pela sua desclassificação na fase de proposta da recorrente;

I.2- A **recorrente** suscita em seu recurso, decisões tomadas no Pregão Presencial SRP n.º 030/2017, aduzindo que são Editais idênticos com decisões distintas em seu julgamento; sendo que no mencionado Pregão a licitante recorrente foi declarada vencedora, juntando homologação e adjudicação naquele SRP;

I.3- A licitante **W. R. P. MARQUES & CIA LTDA.**, apresentou contra razões ao recurso, alegando que a recorrente na fase das propostas não atendeu os requisitos exigidos no Edital convocatório, bem como alegou ausência de impugnação do Edital, pugnando ao final pela inabilitação da recorrente;

I.4- Da mesma forma, a licitante **TIAGO CAVALHEIRO MOTOS - ME**, apresentou contra razões, aduzindo que a proposta da licitante recorrente não atendeu aos requisitos exigidos para apresentação das propostas, deixando de atender os requisitos dos itens 8.1 e 8.5, do Edital convocatório. Em suas contra razões apresentou quadro comparativo dos erros da proposta de preços apresentados pela recorrente;

II- DA ANÁLISE DO MÉRITO RECURSAL

II.1- Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela Empresa **NEGÃO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. - EPP**, aduzindo que: a) "o Pregoeiro entra em contradição quando Desclassifica a Proposta por não apresentar a



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
"CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA"

(MARCA) dos serviços, e no exemplo que o Edital indica não estão claras a existência de (MARCA)" b) elaborou sua Proposta em conformidade com o item 8.5 letra (A);

II.2- Registre-se, desde logo, que o recurso interposto pela recorrente não merece prosperar, conforme argumentos a seguir:

II.2.1- Inicialmente, convém mencionar que o Edital convocatório não foi objeto de impugna o por nenhum licitante e/ou qualquer outra pessoa, sendo que desta forma aplica-se ao caso em análise o princípio da vincula o do Edital, conforme determina o art. 41, *caput*, da Lei de Licita es, sendo que tal princípio impede que a administra o e os licitantes se afastem das normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados;

II.2.2-   de suma importância destacar, que caso a licitante recorrente tivesse alguma d vida sobre quaisquer itens do Edital, deveria ter solicitado esclarecimentos e/ou impugnado o Edital, o que não o fez, submetendo-se assim, as normas constantes do Edital;

II.2.3- A respeito do tema, transcreve-se os arestos a seguir:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA – PREGÃO ELETR NICO – INABILITA O – PRETENSÃO RECURSAL DEMONSTRADA - AUSÊNCIA DE PROVA DO ENCAMINHAMENTO DAS RAZÕES DO RECURSO EM TEMPO – NÃO PREENCHIMENTO DE REQUISITO DO EDITAL – AUSÊNCIA DO FUMUS BONI IURIS – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. **O princípio da vincula o ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilita o da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório.** O não atendimento do prazo recursal, nos termos do edital, não confere   empresa participante da licita o, qualquer direito de análise do recurso ou de dila o de prazo. (AI 170091/2014, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 10/11/2015, Publicado no DJE 26/11/2015). (TJ-MT - AI: 01700915820148110000 170091/2014, Relator: DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, Data de Julgamento: 10/11/2015, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publica o: 26/11/2015). (**grifo nosso**)

Recurso interposto em face de decisão proferida pelo Diretor Geral de Logística, no exercício de competência delegada pelo Presidente deste Tribunal de Justiça.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
"CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA"

Cabimento de Recurso Hierárquico ao Conselho da Magistratura. Decisão que manteve a inabilitação da sociedade licitante por não atendimento ao item 7.6 do Edital. Apresentação de atestados de capacidade técnica sem referência às metragens exigidas para a licitação. Descumprimento de exigência prevista no edital. Observância ao Princípio da Vinculação ao Edital. Recurso a que se nega provimento. (TJ-RJ - Recursos administrativos hierárquicos: 00004700220158190810, Relator: NILZA BITAR, Data de Julgamento: 24/09/2015, CONSELHO DA MAGISTRATURA, Data de Publicação: 28/09/2015)

II.3- Desta forma, não tendo exercido o direito de impugnação e/ou esclarecimento do edital em tempo hábil, tem-se que as cláusulas editalícias foram aceitas tacitamente pelos participantes, ficando os licitantes adstritos às regras nele previstas. Assim, inexistente razão à licitante recorrente.

II.4- Analisando os autos, especialmente a proposta de preços da licitante recorrente, a mesma não apresentou a marca das peças eventualmente que seriam entregues, caso viesse a ser o vencedor, o que deixaria o município nas mãos do vencedor que poderia querer entregar peças de péssima qualidade, posto que a lei de licitações e o Edital exige que seja declarada a marca da peça a ser entregue; sendo assim, é imperiosa a análise das propostas visando precisar seu efetivo atendimento ao instrumento convocatório e às demandas do interesse público.

II.5- O item 8.1, do Edital convocatório, é explícito a exigência de marca do produto a ser entregue, senão vejamos:

8.1. O Envelope "B" - Proposta Comercial deverá conter a proposta de preço, em uma 01 (uma) via, elaborada em papel timbrado do licitante, sendo numerada sequencialmente, datada e assinada a última folha e rubricadas as demais, pelo seu representante legal, devidamente identificado e qualificado, devendo a proposta conter **as especificações detalhadas do objeto ofertado, inclusive com a indicação da marca**, ser datilografada ou editorada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou espaços em branco. (**grifo nosso**)

II.6- A licitante recorrente aduz em seu recurso contradição da Pregoeiro, quando cita os itens 8.1 e 8.10, do Edital. O item 8.10, do Edital assim determina:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
"CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA"

8.10. A proposta comercial deverá ser elaborada conforme o modelo do Anexo II, quando a sequência dos lotes, subtotais, quantitativos, indicação de percentual de desconto e total totalizando o preço global da proposta.

II.7- Observa-se, que de acordo com a interpretação sistemática do Edital convocatório, o item 8.10, determina quais itens devem obrigatoriamente constar da proposta de preços, no entanto, o item 8.1, também determina que obrigatoriamente deve constar na proposta de preços a **marca do produto a ser entregue pelo licitante vencedor**, residindo aí, a obrigatoriedade do licitante informar a marca do produto que está ofertando nos preços.

II.8- Portanto, mesmo em sede recursal, não me convenço da razoabilidade da interpretação conferida pela licitante recorrente ao edital no sentido de que este não obrigaria os licitantes a especificarem as marcas dos produtos incluídos em sua proposta comercial, pois tal exigência me afigura consectário lógico do subitem 8.1, do instrumento convocatório.

II.9- Ademais, a licitante recorrente suscita que no Pregão Presencial SRP n.º 030/2017, sua proposta foi aceita ano passado. Pois bem. Importante frisar, que vivemos é um País Democrático, onde o debate de ideias fazem parte do Regime Democrático de Direito, onde inclusive o próprio Judiciário é composto de Cortes Superiores, sendo que em alguns casos decisões são reformadas, inclusive com Juízo de retratação;

II.9.1- A licitação citada pela licitante recorrente, ocorrida no ano passado, não foi objeto de discussão sobre o tema, no entanto, no presente certame licitatório, tal fato foi questionado por alguns licitantes, tanto que é objeto de discussão na presente decisão, sendo que de acordo com os princípios da legalidade, da igualdade e da vinculação ao Edital, mantenho a decisão lavrada na ata de Julgamento do Pregão Presencial SRP n.º 021/2018;

II.10- Verifica-se, portanto, que a proposta comercial da licitante recorrente contraria os requisitos dos itens 8.1, do Edital, não restando outra alternativa, senão a



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
"CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA"

manutenção da decisão de desclassificação da Proposta, na forma do item 8.16, "a" e "b", senão vejamos:

8.16. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste Edital, ou imponham condições, ou contiverem emendas, rasuras ou entrelinhas;
- b) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento. (grifo nosso)

II.11- Assim, houve omissão na indicação da marca do produto na proposta de preços da licitante recorrente, não sendo crível a aceitação da proposta, mantendo-se a decisão contida na ata de julgamento, uma vez que não atendeu os requisitos do item 8.1, do Edital;

II.12- Os procedimentos licitatórios são regidos por princípios e regras que estabelecem condições para participação em nome do interesse público, evitando futuros prejuízos nas contratações, não proibindo a legislação pertinente que o Poder Público faça exigências necessárias à finalidade da licitação, como sói a ocorrer no presente caso.

II.13- No caso, estabeleceu o edital do certame em questão, como validade da proposta de preços, a descrição de marca dos produtos ofertados, bem como o correspondente percentual de desconto incidente, sobre as peças a serem aplicadas;

II.14- Entendimento outro, senão a manutenção da desclassificação do licitante recorrente, não me parece consentânea com os princípios da legalidade, da igualdade e da vinculação ao instrumento convocatório que orientam o procedimento licitatório (art. 3º, "caput", da Lei n.º 8.666/93, c/c art. 9º da Lei n.º 10.520/2002), senão vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL - SUPERAÇÃO - LIMINAR - PREGÃO PRESENCIAL - AUSÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO DAS MARCAS DOS PRODUTOS PELA LICITANTE DECLARADA VENCEDORA - APARENTE INJURIDICIDADE - 'FUMUS BONI IURIS' E 'PERICULUM IN MORA' - CONCESSÃO DA LIMINAR - MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. 1. A adjudicação do objeto do



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
“CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA”

pregão ao licitante vencedor não afasta o interesse processual da impetrante em discutir a juridicidade de sua exclusão do certame nos autos do 'mandamus', em que foi até mesmo formulado pedido de suspensão da celebração do contrato. 2. Por se revelar plausível a tese de ofensa aos princípios da legalidade, da igualdade e da vinculação ao instrumento convocatório em decorrência da oportunidade conferida pela Administração Pública a outro concorrente de identificar as marcas dos produtos licitados após a apresentação da proposta de preços, é de se manter a liminar que sustou os efeitos do julgamento do pregão presencial. 3. Recurso não provido. (TJ-MG - AI: 10028130011167001 MG, Relator: Edgard Penna Amorim, Data de Julgamento: 30/01/2014, Câmaras Cíveis / 8ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/02/2014)

II.15- Assim, os requisitos previstos no edital de licitação deveriam ser regularmente observados, devendo todos os interessados diligenciar para o cumprimento de todas as exigências de maneira integral, sob pena de desclassificação.

II.16- Ocorre que tal exigência, na hipótese, revela-se como peculiaridade da própria licitação, a teor do disposto no artigo 40, inciso XVII, da Lei nº 8.666/93, sem limitar o número de participantes, imposta a indicação da marca ofertada no momento da abertura das propostas ofertadas, com o objetivo de estabelecer responsabilidade recíproca sobre o bem a ser fornecido ao município e atestar a originalidade do produto, com a garantia de que os produtos não possuem vícios ou contenham peças manufaturadas, recondicionadas, reutilizadas e/ou recicladas causadoras de prejuízos financeiros advindos da utilização de suprimentos inadequados.

II.17- Ora, tratando-se de aquisição de peças pelo município, a garantia de qualidade do produto e da respectiva assistência técnica de suporte se revela como fator essencial na contratação, a fim de evitar futuros prejuízos para a Administração, tal como dano na execução do serviço público ou principalmente dispêndios desnecessários ao erário.

II.18- Por esta razão, a previsão editalícia mostra-se razoável e não é excludente de qualquer interessado, além de preservar o interesse público, estando em consonância com a legalidade, moralidade, impessoalidade e a eficiência, que regem a Administração Pública.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
“CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA”

II.19- Assim, a necessidade da licitante indicar a marca do produto ofertado em sua proposta de preços, trata de exigência totalmente aceitável, com vistas ao bom cumprimento do contrato administrativo, estando ausente qualquer ofensa aos princípios que regem o procedimento licitatório, justificando tal requisição no artigo 40, inciso XVII, da Lei nº 8.666/93:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

II.20- Portanto, o edital poderá conter outras previsões, além daquelas expressamente estabelecidas na lei, sem atribuir discricionariedade ao ente público na elaboração do edital, de modo que a exigência ora discutida não se revela excessiva ou ilícita. Ao contrário, está de pleno acordo com os princípios que regem o processo de licitação, uma vez que a identificação dos produtos ofertados é necessária para assegurar a Administração da qualidade, eficiência e segurança na aquisição dos produtos que devem ser adequados ao regular cumprimento do contrato administrativo.

II.21- Assim, não existe ilegalidade na exigência de especificação da marca dos produtos ofertados, pois tal requisito atende o princípio da eficiência administrativa e visa selecionar a melhor proposta para a Administração, que não corresponde só ao menor preço, mas à contratação efetivamente mais vantajosa para o ente público, a qual possa oferecer maior garantia de qualidade, durabilidade, rendimento e segurança.

II.22- Sobre o assunto, cumpre transcrever o seguinte aresto:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 473.513-3, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

IMPETRANTE: DISOFTWARE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE SOFTWARES E APLICATIVOS LTDA.

IMPETRADOS: GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ e OUTRO.

LITISCONSORTES PASSIVOS: ESTADO DO PARANÁ e OUTRA.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
"CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA"

RELATOR: DES. CLAYTON CAMARGO.
MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL DESTINADO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – PRELIMINAR – CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PERDA DE OBJETO OU FALTA DE INTERESSE DE AGIR – INOCORRÊNCIA – NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO DA ALEGADA NULIDADE NO CURSO DO CERTAME – MÉRITO – DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA IMPETRANTE POR FALTA DE APRESENTAÇÃO DE CARTA DE SOLIDARIEDADE DO FABRICANTE DOS COMPUTADORES OFERTADOS E AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE MARCA E MODELO DOS EQUIPAMENTOS – INOBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL LICITATÓRIO – DESCLASSIFICAÇÃO DO CERTAME LEGÍTIMA – ATO PRATICADO PELAS AUTORIDADES COATORAS EM SINTONIA COM O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – INEXISTÊNCIA DE OFENSA OU AMEAÇA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO – SEGURANÇA DENEGADA.
(destaque nosso)

II.23- Desta forma, improcede o recurso interposto pela licitante **NEGAO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.-EPP.**

II.24- Outro ponto que o recorrente aponta em suas razões recursais, é que apresentou a proposta de acordo com as exigências editalícias, no entanto, por imperativo legal, por tratar-se de matéria de ordem pública, observa-se que a licitante recorrente não apresentou os cálculos de forma correta o que contraria as normas do Edital, especialmente, o disposto no item 8.4 c/c item 8.1, do Edital, contra argumentado ainda pelas recorridas em suas contra razões.

II.25- Analisando detidamente a proposta de preços da licitante recorrente, identificamos e reiteramos que os cálculos apresentados pela recorrente não estão corretos, não sendo crível alegar eventual má-fé, ante o princípio da boa fé objetiva.

II.26- No entanto, como bem explanado em suas contra razões, a empresa **TIAGO MOTOS** demonstra a inconsistência dos cálculos apresentados pela licitante, contrariando o item 8.5, do Edital;



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA
"CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA"**

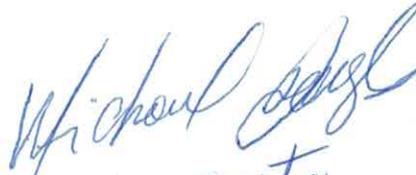
II.27- Assim, em detida análise, reitero e ratifico a decisão de desclassificação da proposta, mantendo a decisão constante da Ata de Julgamento;

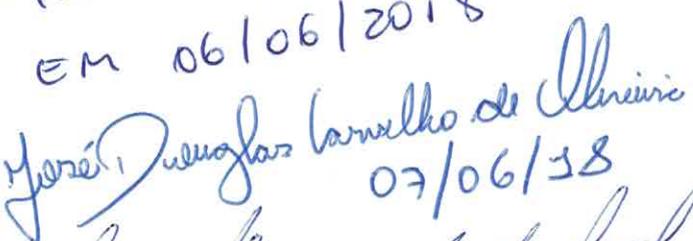
CONCLUSÃO

Ante o exposto, pelos fundamentos acima, indefiro o recurso administrativo da licitante **NEGAO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.-EPP**, mantenho a decisão de desclassificação da proposta da recorrente, em todos os seus termos.

Jacareacanga/PA, 06 de junho de 2018.


Kleber dos Anjos de Sousa
Pregoeiro


 Reginaldo Moraes Neto
 EM 06/06/2018
MAGNO NASCIMENTO
 EM 06/06/2018


 José Douglas Carvalho de Oliveira
 07/06/18


 Paulo Henrique
 07/06/2018.


 Leonardo dos Santos Brito
 07/06/2018


 06/06/2018